

Ulysses elogia Presidente e acha plano essencial

BRASÍLIA — “O Presidente José Sarney seria um homem impatriótico se, por causa das eleições, deixasse de tomar medidas indispensáveis ao País”, afirmou ontem o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, depois de manter várias reuniões com o próprio Sarney, Ministros e técnicos da área econômica. Reconheceu, porém, que as medidas provocaram uma certa inquietação dentro do PMDB, mas antecipou: para tentar neutralizar as reações negativas, o partido vai concentrar a sua campanha em torno do congelamento de preços e explicar que o Plano de Metas é a consolidação do Programa de Estabilização Econômica.

A primeira reunião do Presidente do PMDB com Ministros e assessores do Governo ocorreu durante um almoço na casa de Ulysses. Ele comunicou as pressões que havia recebido, através de “telefonemas apreensivos de vários Estados” e, por isso, queria saber a extensão das medidas. Os economistas João Manoel Cardozo de Mello, Luiz Gonzaga Belluzzo e Luciano Coutinho (este último respondendo também pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, do qual é Secretário-Geral, uma vez que o titular Renato Archer está no exterior) explicaram que o Plano de Metas era “um mal necessário” para desaquecer o consumo.

Os economistas revelaram que o Presidente, até aquele momento (13 horas), ainda recebia fortes pressões para retirar o empréstimo compulsório para o álcool e gasolina, o que considera a coisa mais importante para o objetivo do Plano de Metas de arrecadar cerca de Cz\$ 100 bilhões — o empréstimo sobre o álcool e a gasolina assegura praticamente mais da metade da arrecadação. Eles explicaram também que essa medida não incidiria em termos inflacionários, com repasses diretos para o consumidor, uma vez que atinge diretamente o transporte individual, pois estão isentos de empréstimo o óleo diesel e outros combustíveis, ligados diretamente ao transporte de cargas e à produção agrícola.

Os Ministros e técnicos informaram também ao Presidente do PMDB que o Governo pensou em uma saída para os motoristas de táxi, por considerá-los as maiores vítimas das medidas. Mas, qualquer solução que fugisse ao simples aumento da tarifa, estimularia a fraude. Em todas as reuniões com Ulysses, os representantes do Governo reconheceram que as medidas inicial-

mente repercutiriam de forma desfavorável ao Governo, mas insistiram: eram inevitáveis.

— Só um Governo que tem 90 por cento de popularidade pode correr o risco de adotar medidas que, na primeira hora, podem ser consideradas impopulares — disse um dos Ministros.

Inicialmente, o próprio Ulysses e o Senador Severo Gomes, Presidente da Fundação Pedrosa Horta (do PMDB), pareciam partilhar da mesma opinião dos candidatos, de que as medidas iriam repercutir negativamente, contra o partido. Depois, os dois concordaram que não havia outra solução para o Presidente Sarney, a não ser recorrer ao que o próprio Ulysses chamou de “uma espécie de grande caderneta de poupança”.

Após a primeira reunião, o Ministro da Cultura, Celso Furtado, considerado um dos “notáveis” do PMDB e conselheiro de Ulysses, afirmou, com a ressalva de não ter participado da elaboração do Plano de Metas, que as medidas não sacrificam a classe média.

Celso Furtado disse também, repetindo praticamente as declarações de Ulysses, que o Presidente José Sarney agiu corretamente:

— Um homem de Estado precisa correr esse risco: enfrentar diretamente os problemas enquanto é tempo. Amanhã, esse problema na área financeira poderia se tornar intolável.

O Ministro interino da Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho, falou pelos economistas que se reuniram com Ulysses:

— O Plano de Metas representa um horizonte de compromisso efetivo do Governo, porque dá os números, dá as metas quantificadas e tor-

na claro, principalmente para o empresariado, as dimensões do investimento a ser feito no País.

Luciano Coutinho acrescentou que o PMDB não terá dificuldades em assimilar o plano, porque ele propiciará mais desenvolvimento e empregos, o que sempre foi defendido pelo partido.

Depois dessa reunião, o Deputado Ulysses Guimarães dirigiu-se ao Palácio do Planalto, onde, na companhia do Presidente do Senado, José Fragelli, ouviu do Presidente Sarney e dos Ministros Dílson Funaro e João Sayad, detalhes da aplicação dos recursos arrecadados com os empréstimos compulsórios, não apenas na recuperação de empresas estatais, controle do consumo do aço, mas, principalmente, nos investimentos na área social. O Presidente do PMDB disse ter ficado satisfeito com o investimento que o Governo fará em termos sociais, particularmente na área da merenda escolar.

Durante todo o dia, porém, o Deputado Ulysses Guimarães, apesar dos contatos diretos com o Governo, recebeu informações contraditórias sobre o Plano de Metas, notadamente quanto ao empréstimo para o álcool e gasolina. Mas o próprio Presidente Sarney informou-lhe ser indispensável a manutenção do empréstimo para esse setor e confirmou ter conseguido, a duras penas, eliminar o empréstimo sobre energia elétrica.

Ulysses manifestou a Sarney, em nome do PMDB, o desejo de que o Plano de Metas seja discutido e votado pelo Congresso, apesar da sua condição de decreto-lei, que o torna possível de aprovação por decurso de prazo.